

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Ponte: Jazta do Povo (Curiti ha)
Data: 25.11.88 Pg.:

Estado brasileiro é acusado de massacre

O Estado brasileiro é o réu que estará sendo acusado pelo advogado paranaense Carlos Frederico Marés de Souza. No Tribunal dos Povos, promovido pela Universidade de São Paulo e a Comissão Pró-Indio nesta sexta-feira, na capital paulista, o criminoso em questão é julgado pela chacina ocorrida no início deste ano na região do Alto Solimões contra os indios ticuna. O saldo foi de 14 mortos, 27 desaparecidos e 23 feridos. A sala do

juri, situada no Salão Nobre da USP, será pequena para abrigar os juristas, sociólogos, políticos, antropólogos e o público interessado de várias regiões do país. O advogado Carlos Marés se confrontará com Hernã Baeta (SP) que terá a (difícil) tarefa de defender o réu em evidência. Como este "personagem" não é um ilustre desconhecido, o Tribunal Ticuna promete ser palco de polêmica.

E a terceira vez que se regliza no Brasil um juri

para defender o direito dos povos. Nas vezes anteriores foram julgados os crimes praticados pelo latifundio e apuradas responsabilidades sobre as questões relacionadas ao menor abandonado. Mesmo não sendo um tribunal institucionalizado, seus resultados têm um forte efeito moral com repercussão inclusive no exterior. Organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho recolhem estes dados e os anexam aos seus processos, na busca de defesa constante da justiça e liberdade dos povos. O Tribunal Ticuna será presidido pelo ilustre jurista Fábio Konder Comparato.

Carlos Frederico Marés, secretário municipal de Cultura de Curitiba, encontra-se na capital paulista deste a quarta-feira, convidado pela Faculdade de Direito da USP, para ministrar duas aulas no Curso de Direito Indigenista programado por aquela Universidade e pela Comissão Pró-Indio. Apoiado pela SBPC, União Brasileira de Antropologia, União das Nações Indigenas, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, bem como por departamentos de antopologia e centros acadêmicos, este curso tem seu final solene com a realização do Tribunal Ticuna, nesta sexta-feira.

Marés, nas aulas que dará neste curso, falará sobre
a legislação ambiental e a
questão indígena e sobre a
situação jurídica de grupos
indígenas. O secretário de
Cultura de Curitiba há
muito vem participando
ativamente, como advogado, na defesa dos indios.
"Muito embora tenhamos
obtido vitórias pequenas
nesta nossa luta" garante
Marés, "algumas conquistas não podem ser esquecidas. A criação do Parque
Ianomami dentro da nova
Constituição representa
um avanço considerável.